



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

24/11/2014

INDICE

1. JORNAL O IMPARCIAL	
1.1. DESEMBARGADOR.....	1
1.2. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO.....	2 - 3
2. JORNAL PEQUENO	
2.1. ASSESSORIA.....	4
2.2. AÇÕES TJMA.....	5
2.3. DESEMBARGADOR.....	6
2.4. PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE.....	7

PREMIAÇÃO

Prêmio Fapema acontece hoje

Com a abordagem sobre as energias alternativas para o desenvolvimento do Maranhão, a 10ª edição do prêmio terá premiação recorde de R\$ 300 mil entre vencedores de nove categorias

Pesquisadores maranhenses subirão no palco do Teatro Arthur Azevedo, em São Luís, nesta segunda-feira (24), para receber o Prêmio Fapema 2014, maior premiação científica do Norte/Nordeste. O tema da premiação deste ano é "Energias Alternativas: O desafio do uso de energias limpas e de grande desempenho para o desenvolvimento do Maranhão". Nesta 10ª edição, será distribuída uma premiação recorde de R\$ 300 mil entre vencedores de nove categorias.

Ao longo de sua história, o prêmio contabiliza 1.500 propostas inscritas, 270 premiados e mais de R\$ 1,3 milhão de recursos alocados; prestigiando aqueles que dedicam suas vidas em prol do desenvolvimento do estado e da melhoria da qualidade de vida da população. "Em 10 anos foram premiados trabalhos inovadores e relevantes para o progresso científico do Maranhão e, ainda, iniciativas empresariais ou pessoas que contribuam para preservação do conhecimento, com impactos e resultados para a sociedade", destacou Rosane Guerra,

diretora-presidente da Fapema.

Este ano, serão premiados 38 pesquisadores, incluindo orientadores, que além de troféu e certificado, receberão prêmio em dinheiro que varia de R\$ 2 mil a R\$ 10 mil, de acordo com a categoria. O evento, promovido pelo governo do estado, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), acontece a partir da 20h e será presidida pela diretora da Fundação, Rosane Nassar Meireles Guerra.

O secretário José Costa (Ciência e Tecnologia) e as secretárias Anna Graziella Costa (Casa Civil) e Olga Simão (Cultura) também comporão a mesa de autoridades. Reitores, pró-reitores, de instituições públicas e privadas, diretores de centros, secretários Estaduais e municipais, deputados e representantes de instituições como Vale, Alumar, Fiema, Associação Comercial, Famem, Sebrae, Senai, Sesi, Ibama, TJe Embrapa estão convidados a participar da cerimônia que reunirá ainda familiares dos pesquisadores vencedores do prêmio.

Durante a cerimônia, a Fa-

pema também homenageará com placa de "Honra ao Mérito Científico-Tecnológico" os reitores Natalino Salgado Filho (Ufma), Marcos Barros e Silva (Ceuma), José Augusto Silva Oliveira (Uema) e Francisco Roberto Brandão Ferreira (Ifma). Receberão também a homenagem os pesquisadores Antônio Augusto Moura da Silva (Ufma), José Sampaio Mattos Júnior (Uema), Marcos Augusto Grisotto (Ceuma), Ronaldo Ribeiro Corrêa (Ifma), Natilene Mesquita Brito (Ifma), Valério Monteiro Neto (Ceuma), Fernando Carvalho Silva (Ufma), Porfírio Candanedo Guerra (Uema), todos com trabalhos relevantes na área de ciência e tecnologia.

Os inscritos, alunos do ensino médio, de graduação, mestres, doutores, pesquisadores, inventores, empresas inovadoras, comunicadores sociais e pessoas contribuem para preservação dos bens imateriais e "saberes populares", concorreram em nove categorias, que englobam diversas áreas de conhecimento, desde as ciências humanas às exatas. As categorias foram: Pesquisador Júnior, Jovem Cientista, Dis-



270
pessoas já foram premiadas

sertação de mestrado, Tese de doutorado, Pesquisador Sênior, Divulgação Científica, Inovação tecnológica, Desenvolvimento humano e Empresa inovadora.

"Esse é um prêmio que contempla desde o aluno do ensino médio até o pesquisador sênior, incluindo pessoas da comunidade com categoria de desenvolvimento humano, empresas que estão investindo em inovação, que também é uma categoria importante e até a própria inovação, quer seja na empresa ou quer seja na academia", considerou a presidente da Fundação.

Processos de DPVAT lideram Semana de Conciliação

Mais de 500 processos para a concessão do DPVAT estão na lista de audiências solicitadas para a 2ª Semana de Conciliação Itinerante que começa hoje na área da Cidade Operária.

GERAL 2

SEMANA DE CONCILIAÇÃO

Processos de DPVAT lideram audiências

Mais de 500 processos para a concessão dos benefícios do seguro por danos pessoais causados por veículos automotores, o DPVAT, estão na lista de audiências solicitadas para a 2ª Semana de Conciliação Itinerante, que será realizada na área da Cidade Operária. A ação será promovida pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), de 24 a 28 de novembro, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e beneficiará 140 mil habitantes de 21 bairros.

Também estão agendadas sessões de conciliação para resolver, de forma amigável, ques-

tões de menor complexidade, tais como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimentos de paternidade, divórcios, disputas por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça e outras ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Uema.

Empresas como Mateus, Paraíba, Caema, Cemar, Oi/Telemar, Tim, Seguradora Líder e Município de São Luís (IPTU), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), estarão à disposição da população para promover negociação.



Justiça & Cidadania

Antonio Carlos

acarloslua@folha.com.br

Solução enganosa

Crimes de grande repercussão que vêm indignando a sociedade trazem à tona novamente a discussão sobre as bases jurídicas do enfrentamento da violência e da criminalidade.

Reformas na legislação penal, alterações do processo, propostas de recrudescimento das penas e sugestões para agilizar o julgamento de criminosos surgem novamente como possíveis soluções para o problema.

A cada crime com repercussão na imprensa políticos demagogos defendem tratamento rígido à criminalidade e pedem mudanças na legislação penal para reduzir os índices alarmantes de violência, embora saibamos que isso não vai resolver o problema se o Estado continuar ausente na garantia dos direitos básicos do cidadão.

Se o Estado não implementar políticas públicas anteriores às políticas do direito penal, a questão da criminalidade não será resolvida. Não se trata de um problema de Polícia. É um problema de políticas públicas, de inserção.

Sabemos que a legislação precisa ser atualizada, mas não podemos nos iludir e achar que as coisas se resolvem apenas com endurecimento da pena. Grande parte dos problemas da criminalidade do Brasil tem como causa principal a ausência do Estado na formulação de políticas públicas.

O Poder Público tem que combater seus defeitos na questão da criminalidade. O problema da violência diz respeito mais à alçada administrativa do que legislativa. O Estado é o grande responsável pela criminalidade, uma vez que a violência decorre da sua ausência no fornecimento das necessidades sociais básicas.

Quando tira do cidadão qualquer perspectiva de torná-lo um membro ativo de sua prole, da sua cidade, o Estado marginaliza, estimula a criminalidade e faz com que a violência se torne um produto da ausência de políticas sociais concretas.

É uma incoerência o Poder Público oferecer uma solução para o problema da criminalidade, quando ele não cumpre a sua obrigação fundamental que é investir em educação.

A legislação pode ser aperfeiçoada para buscar agilidade, simplificação dos procedimentos, mas a aplicação rigorosa da lei e a punição efetiva do delito devem ocorrer ao lado de políticas governamentais que se destinem à melhoria das condições de vida da população e à ressocialização daqueles que cometem infrações graves.

Judiciário inicia implantação do Processo Eletrônico na segunda instância da Justiça

O Tribunal de Justiça do Maranhão inicia no dia 1º de dezembro a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJE) no âmbito do 2º Grau, nas Câmaras Criminais Reunidas. A partir dessa data as classes processuais revisão criminal; embargos de declaração, infringentes e de nulidade e agravos regimentais terão tramitação judicial, prática de atos processuais e sua representação por meio eletrônico feitos exclusivamente por intermédio do PJe na referida unidade.

Para dar início à implantação, está sendo cumprido calendário de treinamento envolvendo os servidores que atuam nos gabinetes dos desembargadores. Na sequência, a capacitação se estenderá aos magistrados.

O Processo Judicial Eletrônico (PJE) já foi implantado em 22 juizados especiais cíveis e turmas recursais da capital e do interior. De acordo com a Diretoria de Informática e Automação, nos últimos 60 dias foram atingidos 61% da meta de implantação e 89% de treinamento, restando apenas 14 das 36 unidades previstas para serem atendidas até o final de novembro.

Segundo o juiz coordenador geral do comitê de implantação, Roberto Abreu, o total atingido supera a meta de implantação do PJE

definida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para os tribunais estaduais, que é de 10% das unidades judiciais de 1º e 2º graus, ainda este ano. “No caso do TJMA, seriam apenas 26 unidades em 2014, mas vamos além, devendo concluir a implantação nos demais órgãos até o final de 2017”, acrescenta.

Em dois meses de implantação, foram abertos 2 mil novos processos eletrônicos nos juizados e registradas mais de 10 mil sem o uso de papel, em portal próprio disponível no painel do usuário do sistema, garantindo maior agilidade no andamento e acompanhamento processual.

A movimentação dos processos por magistrados, servidores e operadores do Direito pela ferramenta eletrônica exige certificação digital, uma espécie de assinatura eletrônica, que deve ser providenciada junto ao Banco do Brasil.

O PJE é um sistema desenvolvido para a automação da Justiça a nível nacional coordenado pelo CNJ, sendo atualmente o maior projeto do Poder Judiciário. O sistema PJe é um serviço informatizado de constituição, representação eletrônica, processamento de informações, prática de atos processuais, gestão e tramitação de processos jurisdicionais e administrativos.

O destaque da coluna de hoje é a desembargadora Ângela Salazar, aniversariante desta quarta-feira (26). Como presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Maranhão (CEMULHER-TJMA), Ângela Salazar está à frente da campanha “16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher”, realizada pelo TJ-MA, encerrando no dia 10 de dezembro- Dia Internacional dos Direitos Humanos. *(Foto: Ribamar Pinheiro)*



Semana de Conciliação Itinerante inicia-se hoje na Cidade Operária

Mais de 500 processos para a concessão dos benefícios do seguro por danos pessoais causados por veículos automotores, o DPVAT, estão na lista de audiências solicitadas para a 2ª Semana de Conciliação Itinerante, que será realizada na área da Cidade Operária. A ação será promovida pelo Núcleo de Solução de Conflitos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), de 24 a 28 de novembro, no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Maranhão (Uema).

Também estão agendadas sessões de conciliação para resolver, de forma amigável, questões de menor complexidade, como: pedidos de pensão ainda não efetivados, reconhecimentos de paternidade, divórcios, disputas por posse de bens, parcelamentos de contas, débitos de IPTU, dívidas de empréstimo, débitos junto a pequenos e microempresários e outras situações que não estejam tramitando na justiça e outras ações abertas no 2º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo da Uema. O objetivo é estimular a negociação de conflitos apresentados pelos interessados.

Empresas como Mateus, Paraíba, Caema, Cemar, Oi/Telemar, Tim, Seguradora Líder e Município de São Luís (IPTU), Banco do

Nordeste do Brasil (BNB), estarão à disposição da população para promover negociação.

“A expectativa é conseguir resolver por meio da conciliação processos nos quais as empresas são rés ou autoras. A maioria dos agendamentos foi feita presencialmente por consumidores interessados em negociar”, confirma o juiz Alexandre Abreu, coordenador do Núcleo de Conciliação do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O magistrado ressalta que a conciliação itinerante possibilita a resolução de conflitos por meio de um acordo amigável entre as partes e tem como objetivo consolidar uma cultura de paz na sociedade. Na Uema, o Judiciário instalará postos de atendimento à população, beneficiando 140 mil habitantes de 21 bairros do Distrito da Cidade Operária (Apaco, Caixa Baixa, Cidade Olímpica, Cidade Operária, Jeniparana, J. Lima, Jardim América, Jardim São Cristóvão, Jardim Tropical, Maiobinha, Muro Quebrado, Recanto dos Pássaros, Recanto dos Signos, Regional 13, Santa Clara, Santa Efigênia, Vila América, Vila Flamengo, Vila Kiola e Vila Operária e outros).

OUTROS SERVIÇOS - Além das sessões, a população terá aces-

so à orientação jurídica para identificar a forma mais fácil de resolução do conflito. Haverá perícias médicas, agendamento de exame de DNA, atendimentos feitos pelas empresas e instituições parceiras e informações sobre inclusão em programas sociais.

Orientações sobre direitos – jurídicos e sociais - dos cidadãos serão fornecidas pelo Ministério Público, Defensoria Pública, pela SEMCAS e Escritório-Escola da Uema. Além das semanas itinerantes de conciliação, é possível solicitar sessões de negociação durante todo o ano, sem sair de casa, pela internet, no site do Tribunal de Justiça, por meio de formulário próprio disponível na área da “conciliação”.

O atendimento também é feito pelo Telejudiciário e, ainda, em qualquer um dos centros localizados no Estado. A lista pode ser acessada no Portal do Judiciário. A 1ª Semana de Conciliação, realizada de 21 a 25 de julho, no campus da UFMA, atendeu 1.541 pessoas residentes na área Itaqui-Bacanga. Mais informações podem ser obtidas pelo Telejudiciário, que atende pelo 0800 707 1581 (ligação gratuita).